

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Aline Moura
E-mail: licamoura@hotmail.com
Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Submetido: 31/03/2021

Aprovado: 30/04/2021

Publicado: 23/05/2022

 10.20396/rho.v22i00.8665150

e-Location: e022017

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):
MOURA, A. de C.; SOUZA, A. A. e. O papel mediador das instituições educacionais nas políticas de desenvolvimento econômico-social: uma abordagem a partir dos escritos de Florestan Fernandes. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-20, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8665150. Disponível em: <https://bityli.com/FvdEMX>. Acesso em: 23 maio. 2022.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



O PAPEL MEDIADOR DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS ESCRITOS DE FLORESTAN FERNANDES



Lattes

Aline de Carvalho Moura*

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Lattes

Alexandre Augusto e Souza**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

Neste artigo, nos propomos a discutir sobre o papel mediador das instituições educacionais como tema de pesquisa. O trabalho tem como objetivo discutir a relação mediadora das instituições educacionais junto às políticas de desenvolvimento econômico-social no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual a principal base de referencial teórico para esse debate é o autor Florestan Fernandes, considerando suas análises quanto às transformações histórico-sociais e, especificamente, a participação das instituições nos processos de desenvolvimento. Considerando uma abordagem teórico-metodológica que se pauta nas relações entre educação, sociedade e história, argumenta-se que as instituições educacionais são mediadoras entre os aspectos materiais e as formas ideais concebidas para a organização das relações econômico-político-sociais. Algumas instituições educacionais destacaram-se mais do que outras no processo de implementação de debates e projetos no campo educacional, como é o caso do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), que, desde sua inauguração na década de 1930, vem contribuindo para as transformações econômico-políticas através das políticas educacionais. Conclui-se que as instituições educacionais podem ser compreendidas como parte dos processos de transformação econômica e política, de intervenção social, promovendo a acomodação de uma série de forças políticas em disputa, restringindo e/ou eliminando desvios prejudiciais para o equilíbrio e o rendimento das mais variadas relações de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Desenvolvimento. Instituições. Florestan Fernandes.

THE MEDIATING ROLE OF EDUCATIONAL INSTITUTIONS IN ECONOMIC-SOCIAL DEVELOPMENT POLICIES: AN APPROACH FROM THE WRITINGS OF FLORESTAN FERNANDES

Abstract

In this article, we propose to discuss the mediating role of educational institutions as a research topic. The work aims to discuss the mediating relationship between educational institutions and economic and social development policies in Brazil. This is bibliographical research, in which the main theoretical basis for this debate is the author Florestan Fernandes, considering his analyzes regarding the historical-social transformations and, specifically, the participation of institutions in the development processes. Considering a theoretical-methodological approach that is based on the relations between education, society and history, it is argued that educational institutions are mediators between the material aspects and the ideal forms conceived for the organization of economic-political-social relations. Some educational institutions stood out more than others in the process of implementing debates and projects in the educational field, such as the National Institute of Pedagogical Studies (Inep), which, since its inauguration in the 1930s, has been contributing to the economic-political transformations through educational policies. It is concluded that educational institutions can be understood as part of the processes of economic and political transformation, of social intervention, promoting the accommodation of a series of political forces in dispute, restricting and/or eliminating harmful deviations for the balance and income of more varied power relations.

Keywords: Education. Development. Institutions. Florestan Fernandes.

EL PAPEL MEDIANTE DE LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS EN LAS POLÍTICAS DE DESARROLLO ECONÓMICO-SOCIAL: UN ENFOQUE DESDE LOS ESCRITOS DE FLORESTAN FERNANDES

Resumen

En este artículo, nos proponemos discutir el papel mediador de las instituciones educativas como tema de investigación. El trabajo tiene como objetivo discutir la relación mediadora entre las instituciones educativas y las políticas de desarrollo económico y social en Brasil. Se trata de una investigación bibliográfica, en la que la base teórica principal de este debate es el autor Florestan Fernandes, considerando sus análisis sobre las transformaciones histórico-sociales y, específicamente, la participación de las instituciones en los procesos de desarrollo. Considerando un enfoque teórico-metodológico que se fundamenta en las relaciones entre educación, sociedad e historia, se argumenta que las instituciones educativas son mediadoras entre los aspectos materiales y las formas ideales concebidas para la organización de las relaciones económico-político-sociales. Algunas instituciones educativas se destacaron más que otras en el proceso de implementación de debates y proyectos en el ámbito educativo, como el Instituto Nacional de Estudios Pedagógicos (Inep), que desde su inauguración en la década de 1930 viene contribuyendo al desarrollo económico-político. transformaciones a través de políticas educativas. Se concluye que las instituciones educativas pueden entenderse como parte de los procesos de transformación económica y política, de intervención social, promoviendo la acomodación de una serie de fuerzas políticas en disputa, restringiendo y / o eliminando desviaciones nocivas para el equilibrio e ingreso de más relaciones de poder variadas.

Palabras clave: Educación. Desarrollo. Instituciones. Florestan Fernandes.

INTRODUÇÃO

Tendo como objeto de análise, nos últimos anos, a pesquisa em educação, dividimos nossos estudos em duas dimensões que tratam sobre as questões teórico-metodológicas da pesquisa e as questões político-institucionais que influenciam os direcionamentos das políticas educacionais e afetam as pesquisas e o campo da produção do conhecimento. Neste trabalho, a partir de nossas discussões sócio-político-institucionais, problematizamos a forma como as instituições educacionais assumem um papel importante no contexto político-econômico-social, a partir dos escritos de Florestan Fernandes. Tomando como base a problemática que resgata as articulações presentes entre as instituições educacionais e as políticas de desenvolvimento econômico-social, este trabalho tem como objetivo discutir a relação mediadora das instituições educacionais junto às políticas de desenvolvimento econômico-social no Brasil.

A construção do texto se estrutura e se organiza pautando-se em estudos que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica, debatendo a interpretação dos elementos teóricos obtidos a partir, principalmente, dos escritos de Florestan Fernandes. Fernandes empreende suas análises por meio dos referenciais teóricos da sociologia crítica, na análise das sociedades burguesas e do sistema político capitalista. Nas considerações teóricas de Fernandes, o universo da produção material, a ideologia e os instrumento de organização e controle social constituem a base de análise da sociedade brasileira ao longo do século XX.

Em relação a Florestan Fernandes, sociólogo, cientista e educador brasileiro, identificamos alguns textos (1966, 1981, 2005) que nos auxiliam na compreensão sobre os processos de desenvolvimento econômico e social do país, através de políticas institucionais vinculadas ao campo da educação, ao longo dos anos, sempre demarcando características próprias de determinado tempo e espaço. Florestan Fernandes (1966, 1981, 2005) se propôs a abordar as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, ao longo do século XX, no que diz respeito às instituições, bem como foi responsável por estudos e produções de materiais referentes à vinculação entre educação e sociedade, marca presente em seus trabalhos.

Os textos identificados, por meio de um levantamento bibliográfico, tomam como base um percurso metodológico que incluiu uma pesquisa exploratória e sistemática sobre a temática empreendida nesse artigo. Para Lima e Miotto (2007, p. 41), “[...] no caso da pesquisa bibliográfica, a leitura apresenta-se como a principal técnica, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado.” Nosso material para discussão está baseado nos escritos de Florestan Fernandes, bem como em outros autores que dialogam com o autor, em estudos que abrangem as relações entre sociedade e a educação.

A pesquisa bibliográfica empreendida reflete as influências e as interferências nas políticas de desenvolvimento nacional na ótica de Florestan Fernandes, dialogando com outros autores, como Cunha (1991), Dourado (2020), Frigotto (1999) e Saviani (2012) que

discutem as políticas educacionais e suas instituições como espaços de formação de capital humano para o mercado produtivo. Os autores resgatam parte da história da educação no que diz respeito às iniciativas institucionais e órgãos do Estado vinculados às políticas públicas para a educação. Para esse debate foram consideradas as transformações histórico-sociais e, especificamente, a participação das instituições nos processos de desenvolvimento nacional.

Considerando uma abordagem teórico-metodológica que se pauta nas relações entre educação, sociedade e história, o artigo aborda o debate sobre a massificação de novos conhecimentos advindos das transformações da forma de produção material que foram fundamentais para o impulsionamento de diversos serviços do Estado, da institucionalização de diversas atividades, dentre elas, o serviço educacional. Busca-se, a partir do processo de institucionalização e de expansão da educação, uma contribuição na melhora do aproveitamento material e humano do processo de trabalho.

Conhecer a condição histórica do papel mediador das instituições educacionais para as políticas econômico-sociais do país, foi o caminho percorrido para a compreensão da postura institucional da educação nos últimos anos. Para isso, foi necessário um resgate, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), à época denominado Instituto Nacional de Pedagogia, como a primeira instituição voltada aos problemas próprios da educação, na década de 1930, para pensar a educação no contexto institucional.

O Inep foi criado frente ao discurso centralizador do Estado, que vislumbrava o processo de desenvolvimento e modernização do país e, em especial, o esforço para torná-lo apto a desempenhar novas funções de planejamento e gestão. Este instituto concebido, originalmente, como órgão de pesquisa para assessorar o Ministério da Educação e Saúde, passou a realizar pesquisas sobre a realidade e a legislação educacionais vigentes.

É importante pontuar o papel do Inep como um marco para compreendermos o papel mediador das instituições educacionais para os processos de desenvolvimento institucional no país, considerando-se sua relevância legal e legítima ao longo de mais de 80 anos.

Pensar sobre o papel mediador das instituições educacionais, nos remete a considerar algumas premissas para o debate do texto sobre as instituições e a sociedade. Nesse sentido, para a organização do texto, destacamos a ideia de desenvolvimento, bem como o papel das instituições para mudanças econômicas e sociais e, posteriormente, fazemos a interseção entre a questão da sociedade e as instituições considerando as instituições educacionais nos aspectos mediadores às políticas de desenvolvimento econômico e social, apresentando alguns apontamentos sobre a implementação do Inep nesse processo.

A PRODUÇÃO MATERIAL NA BASE DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL E DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Subsidiando o debate, Fernandes (2005) afirma que a organização da vida é subordinada às condições materiais que sustentam a organização social. Uma sociedade se constitui e se desenvolve através da produção material coletiva. Significa que o ato fundamental de constituição dos indivíduos e de toda a sociedade é a capacidade de os indivíduos produzirem seus meios de existência e de modificarem sua forma de produzir ao longo da história. De acordo com Fernandes (2005), a reorganização das relações na vida coletiva é orientada pelo meio material, pela complexificação e pela especialização dos processos produtivos.

A transformação de uma sociedade é fomentada pelas alterações no modo de produção material e destaca-se a presença de novas técnicas de produção que deverão ser incorporadas à dimensão do trabalho. A especialização e a diversificação dos processos produtivos, bem como a expansão da produção material são condições para a transformação das relações sociais, com desdobramentos para os processos institucionais. Para Fernandes (1981), os novos processos de produção material demandam por um novo comportamento de vida social na difusão de conhecimento condizente com as mudanças que a nova realidade produtiva e técnica impõe aos trabalhadores. Fernandes (1981) compreende que a modificação e o desenvolvimento da vida política, os métodos de aplicação de uma dada política, bem como o funcionamento das instituições estarão relacionados à modificação e a predominância do modelo produtivo material de uma sociedade.

Na ausência de condições econômico-políticas para difusão de um novo padrão de produção, de suas técnicas e de suas correspondentes relações, verifica-se uma permanente desorganização social, refletida nas ações cotidianas, dificultando a adoção de qualquer modelo econômico, político e institucional. A inserção de inúmeros objetos e de novas funções à vida cotidiana demandam por novas práticas que sejam socializadas e que assumam a função de inserir cada pessoa no sistema de vida material vigente.

De modo geral, as políticas de desenvolvimento são elaboradas em um momento de transição econômica, acompanhado de instabilidade política. Tal instabilidade pode ser combatida através da expansão material. O desenvolvimento é constituído como meta material, progresso material, uma transformação quantitativa. Para Freire e Becker (2013, p. 210) “Toda a matriz do problema, [...] está em conseguir o impulso, considerado decisivo, [...] e manter uma taxa de crescimento [...]”. A necessidade de políticas de desenvolvimento dá-se pela incapacidade de crescimento econômico, no ritmo e no sentido desejado. As políticas de desenvolvimento racionalizam, orientam e retiram a espontaneidade e a imediaticidade na condução das mudanças e, principalmente, no ritmo desejado dessas mudanças.

Segundo Milani e Salles (2018), as políticas de desenvolvimento econômico são estruturadas, classicamente, no tripé: intervenção estatal, industrialização e burocracia. Com isso, é indispensável a atuação do Estado como indutor, como agente planejador do desenvolvimento ou mesmo seu investidor direto, combinando ações de mercado e do Estado como estratégia nacional de desenvolvimento. Ainda assim, Milani e Salles (2018, p. 49)

destacam que “A estratégia política do desenvolvimento econômico deve compatibilizar altas taxas de crescimento econômico [...] propondo medidas de políticas macroeconômicas relacionadas a programas sociais e educacionais.”

De acordo com Fernandes (2005), políticas de desenvolvimento são constituídas e funcionam como meio corretivo para problemas que podem agir na base política da ordem do processo econômico, especialmente junto às diretrizes e planejamentos conferidos pelas instituições do Estado. Políticas para o desenvolvimento possuem o caráter público e a função de articular as relações sociais em transformação, compondo um cenário social de coesão e de regularidade para a vida coletiva e cotidiana. São políticas destinadas à melhor exploração do trabalho, para utilização construtiva das forças de trabalho, compreendendo a construção e o aproveitamento das habilidades do trabalhador e a capacitação para a realização de julgamentos e decisões relacionados ao processo político.

Políticas de desenvolvimento ativam o funcionamento das instituições, com fins de rendimento das mais variadas funções e interações sociais, através de ações de impacto, de grande alcance e de longa duração. Além disso, direcionam as ações institucionais para o maior alcance e a maior durabilidade, possuindo, também, a função de compor um cenário social coeso e regular na condução de novas relações.

As relações em uma sociedade não se organizam de modo espontâneo, sendo necessário que haja um modelo pré-estabelecido de condução das respectivas relações. As mudanças são processadas em um ritmo lento e desigual, ainda mais quando as transformações na sociedade tendem a absorver e a constituir padrões de relações econômicas demasiados complexos, em condições sociais instáveis e desiguais.

Podemos dizer que o dia a dia dos indivíduos está circunscrito às formas de organização material da sociedade a qual elas pertencem. Organização material que define tarefas e problemas que serão criados ao longo do tempo. Os desafios para a vida em comum derivam, originalmente, da organização material a que a vida é submetida, pois as sociedades possuem e enfrentam dilemas que derivam de padrões materiais. (FERNANDES, 2005).

De acordo com Fernandes (2005), toda sociedade precisa implementar novas técnicas de trabalho necessárias para as novas atividades econômicas em expansão. Do contrário, ocorre uma frágil identificação com o ritmo de vida em difusão, cenário social que se desdobra para a causa da instrução, da democratização do ensino e do aperfeiçoamento e ampliação de um sistema educacional. Nesse cenário, as instituições assumem papéis importantes nos direcionamentos da vida em sociedade.

De modo geral, as instituições podem ser compreendidas como parte dos processos de transformação política, de intervenção social, promovendo a acomodação de uma série de forças políticas em disputa, restringindo e/ou eliminando desvios prejudiciais para o equilíbrio e o rendimento das mais variadas relações de poder. São intervenções contra o imprevisível e a favor da regularidade de diversas formas de interação, burocratizando

funções e especializando as ações. As instituições estimulam as transformações em uma sociedade a partir de ações objetivas e previamente definidas:

Para compreender o que são as instituições, como elas participam da vida e do processo de evolução das sociedades, um dos fatores chave a ser avaliados neste trabalho é a evolução econômica das sociedades, adjunta aos fatores socioculturais que permeiam as principais características das vidas dos indivíduos de uma sociedade. (FEIJÓ, 2018, p. 89).

[...] os efeitos práticos que as instituições podem surtir nos diversos estratos da vida social, desde as mais formais, ligadas às estruturas oficiais presentes para regular a vida dos indivíduos, até as camadas mais “plácidas” da vida social, como por exemplo a vida cotidiana dos próprios indivíduos, seus modos de produção, cultura, economia, até mesmo suas vidas pessoais etc. (FEIJÓ, 2018, p. 94).

Numa sociedade constantemente em mudanças espera-se que as atividades, de modo institucionalizado, passem a ocupar posições estratégicas para a consolidação de um padrão social de relações. Por intermédio das instituições é possível buscar meios para acomodar/adaptar o aprendizado das técnicas constituídas no processo produtivo direcionando-as para o processo de trabalho massificado. Exige-se, por conta disso, grandes modificações, por exemplo, no setor da educação que deverão voltar-se para a formação em larga escala, incentivando a difusão da lógica do mundo da produção. Desse modo, as instituições são utilizadas como instrumentos de defesa e suporte visando garantir maior estabilidade na condução de um processo de mudanças, para a garantia da permanência de um novo padrão condutor social das relações.

Através das instituições é possível alargar e melhorar a capacidade de manipulação dos problemas, por meio da conquista de uma escala mínima de regularidade, de segurança e de autonomia, na maneira de perceber e pensar o presente ou o futuro em termos coletivos. A atuação institucional é representada pela normatização de uma série de atividades e processos cotidianos. Uma intervenção planejada sob as mudanças em curso para reorganização da vida cotidiana, desencadeia obrigações práticas e morais, que se compõe, especialmente, pela rápida e uniforme repetição das ações e pelas constantes alterações na percepção do espaço/tempo.

Segundo Furnaleto (2008), as instituições afetam, definindo ou limitando, o conjunto de escolhas dos indivíduos, possibilitando a redução da incerteza, proporcionando uma estruturação à vida diária. Permitem que as normas de cooperação e reciprocidade se desenvolvam, influenciando diretamente na constituição das tarefas organizacionais. As organizações assumem processos, estratégias, perspectivas e almejam competências. A constituição de instituições como meta deve evitar a duplicação de funções e a falta de comunicação entre os diferentes serviços públicos.

Danner (2014, p. 582) afirma que, “As instituições são consideradas parte de uma sociedade e seu funcionamento leva em conta as condições econômico-políticas presentes

na específica sociedade da qual façam parte.” O funcionamento das mais variadas instituições está condicionado às novas formas de pensar e viver a vida diária. Para Furnaleta (2008, p. 62), a eficiência das instituições está condicionada “[...] por um conjunto de características específicas da organização social, tais como laços de confiança, normas, sistemas, redes de interação e cadeias de relações sociais.”

Com o intuito de oferecer uma direção, impor uma condição de sociedade ou ideológica, ou ainda imprimir nos indivíduos valores e normas fundamentais ao funcionamento do sistema através da aceitação de regras para a organização social, é fundamental uma estrutura institucional para que se tenha a viabilidade de controle nos direcionamentos que atendam às necessidades e demandas da sociedade. Nesse sentido, as instituições educacionais tornam-se excelentes espaços para implementar determinadas lógicas para a atuação e a produção da vida coletiva e cotidiana.

AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL

As transformações sociais impactam a vida coletiva e cotidiana, desorganizando as atividades socialmente estabelecidas, constituindo a necessidade de novas formas de atuação profissional, incluindo novas técnicas a serem disseminadas. Dito anteriormente, o institucional é parte importante para análise do desenvolvimento de uma sociedade.

Dentre as muitas instituições que compõem a sociedade e que de diferentes formas se relacionam e influenciam nas questões econômico-político-sociais, iremos nos deter às proposições mediadoras das instituições educacionais e seu papel fundamental como condutora e/ou mantenedora de determinadas condições da vida cotidiana em sociedade. Um processo devotado à reeducação para a alteração de percepções consagradas, interferindo nas experiências imediatas, na interpretação do ambiente, na construção de uma experiência objetiva, por meio de referenciais e critérios comuns.

De acordo com Ferreira (2019), a educação adquiriu crescente importância para solução de problemas econômicos e sociais, tornando-se um instrumento estratégico para o desenvolvimento. Tal entendimento refere-se à percepção de que a ciência, a tecnologia, a inovação e a qualificação de recursos humanos são fatores fundamentais para geração de riqueza e de lucratividade. “Portanto, a qualificação da população, nessa ótica, deve passar pela flexibilidade, agilidade e formação adequada às expectativas dos sistemas produtivos em constante mudança e em permanente competição.” (FERREIRA, 2019, p. 258). As instituições educacionais fortaleceriam no conjunto das demais instituições, o intuito de oferecer melhores serviços para obtenção dos melhores desempenhos.

De outro modo, Barbosa (2013) destaca que o crescimento econômico é considerado como o único capaz de promover o desenvolvimento social. Essa possibilidade é creditada

através do aumento da produtividade econômica. Neste cenário, reduz-se o desenvolvimento à melhoria do produto interno bruto e a educação torna-se uma estratégia de submissão aos desígnios do ideário da expansão econômica. Esse discurso, segundo Barbosa (2013, p. 13) reduz a educação “[...] às perspectivas mais estreitas do crescimento econômico e da acumulação de riqueza para fazer face ao desemprego e às dívidas públicas.”

As instituições educacionais, como mediadoras, sejam elas indutoras e/ou difusoras, são parte irradiante de novas técnicas e impulsionadoras do processo de massificação de padrões. Visam alterar o comportamento conjunto de uma coletividade de modo regular, marcadamente em hábitos motores, através de atividades rotineiras. Ações pedagógicas construídas a partir de referências objetivas, que se tornarão normas de ação, mas também, de explicação para o que escapa e quebra a rotina.

As instituições educacionais são consideradas difusoras das políticas de desenvolvimento através de específicos modos de transferência de objetivos e de metas. Modos de transferência que correspondem à difusão de normas de ação para encadeamento e regulação das ações humanas. Normas que introduzem processos de organização, acumulação e reformulação das experiências, pela retirada de processos que privilegiam ações espontâneas, voluntárias e imediatas e “[...] envolve ideais bem definidos de assimilação e de aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida.” (FERNANDES, 2005, p. 33-34).

Para Fernandes (2005), as instituições educacionais possuem relevância social quando assumem a tarefa de fornecer subsídios, com fins de intervir em uma sociedade, no apoio quanto ao ordenamento de certas mudanças. Foi sob o clima de transformação e de reorganização social que as instituições educacionais foram desenvolvidas para participarem como agentes formadoras. As instituições educacionais tornaram-se, e ainda são, parte estratégica de reprodução da vida. São mediadoras entre os aspectos materiais e as formas ideais concebidas para a organização das relações e da vida coletiva e cotidiana. Tarefa certamente nada fácil, na medida em que as instituições educacionais estariam à frente a inúmeras outras tarefas, definindo comportamentos os mais diferentes, desde simples habilidades e capacidades até julgamento bem elaborados.

Fernandes (1981) destaca que nenhum grupo social está previamente capacitado para reproduzir técnicas e valores por conta do subaproveitamento dos aspectos material e humano disponíveis. A resolução desta problemática está na formação em larga escala, pela via institucional. Para Fernandes (1981), as instituições educacionais atuariam na resolução deste problema, recompondo a perda de referências a serem utilizadas no âmbito de uma coletividade, atuando sob as ações que se tornaram obsoletas para as novas demandas sociais estabelecidas. Sem a presença de instituições educacionais, capazes de atuar sob uma coletividade, todo processo de mudanças ficaria em suspenso, pois não haveria coesão em uma sociedade, assim como não haveria regularidade para a condução da vida diária. A presença das instituições educacionais seria um caminho para superação de contextos

formados por um novo modelo de produzir e de viver em implantação e/ou expansão. Segundo Fernandes (1981, p. 129),

[...] impunha-se envolver as massas, institucionalmente, nos mecanismos de organização e funcionamento do poder político [...]. Portanto, nesse nível, a integração nacional surge como um processo que tende a universalizar certos ajustamentos políticos, de importância capital para a existência e a sobrevivência de uma comunidade nacional.

Fernandes (2005) identifica a educação como uma possibilidade para o reajustamento coletivo às situações sociais que se alteram rapidamente. Atribui-se à educação a maior parcela de responsabilidade na preparação dos indivíduos para as novas técnicas em difusão. As instituições educacionais atuariam sobre a média da população e poderiam contribuir, mais que outras instituições, assegurando a continuidade das transformações econômico-políticas.

Para a educação coube o papel de promover a compreensão e a utilização construtiva das forças do trabalho, necessárias para a vida social. Significou organizar as experiências acumuladas, no intuito de ampliar a capacidade de interrogação dos sentidos, sua ordenação e suas constantes reformulações diante de fatos novos. O entendimento é de que a educação é parte de uma sociedade e que se organiza e se desenvolve conforme a forma de organização da correspondente sociedade, em especial nos países subdesenvolvidos:

Os países subdesenvolvidos são, também, os que mais dependem da educação como fator social construtivo. Tais países precisam da educação para mobilizar o elemento humano e inseri-lo no sistema de produção nacional; precisam da educação para alargar o horizonte cultural do homem, adaptando-o ao presente e a uma complicada teia de aspirações, que dão sentido e continuidade às tendências de desenvolvimento econômico e de progresso social; e precisam da educação para formar novos tipos de personalidades, fomentar novos estilos de vida e incentivar novas formas de relações sociais, requeridos ou impostos. (FERNANDES, 1966, p. 351).

Cada pessoa encontra-se desde o nascimento sob a influência de determinados objetos e práticas, independente se é em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. A questão é que a educação está vinculada a transmissão de certas práticas e de contribuição para a formação de modos de entendimento de dada realidade. A educação consiste em conhecer essas influências e de proporcionar a assimilação, acumuladas e aceitas na vida em comum. Um processo que visa à transformação interna dos sujeitos pela incorporação de elementos que não são dados naturalmente e nem adquiridos espontaneamente, mas que, uma vez incorporados pela mediação da ação educativa, passam a operar como se fossem naturais.

Para que exista essa naturalização, é necessário um discurso que inculque nos indivíduos de determinada sociedade a lógica de funcionamento da mesma, atribuído a esse

indivíduo seus fracassos e seus méritos. As instituições educacionais corroboram para a legitimação e a propagação dessa naturalização. Pensando o processo de difusão de discursos próprios do contexto neoliberal e de naturalização da lógica de mercado pró capital, Dourado e Oliveira (1999) analisam as limitações das ações das políticas educacionais nas últimas décadas, mostrando que se trata de uma questão de longa data e que faz parte dos condicionantes históricos da sociedade brasileira:

Se, após a Segunda Guerra Mundial, buscava-se uma certa igualdade com a universalização do ensino em todos os graus, presentemente, enfatiza-se um padrão de qualidade centrado nos resultados. Se, na década de 50, utiliza-se o discurso da igualdade, para expansão do ensino em atendimento à modernização econômica, atualmente se utiliza o discurso da eficiência e da qualidade para redirecionar a expansão educacional, sobretudo da educação superior, tendo como fim uma determinada modernização econômica, ou melhor, uma modernização caracterizada pelo projeto político neoliberal, pela globalização do capital e pela constituição de um novo processo de organização da produção, do trabalho e do consumo. (DOURADO; OLIVEIRA, 1999, p. 8).

Ainda na análise de Dourado e Oliveira (1999), as mudanças na sociedade redimensionam, constantemente, o papel da educação e das instituições educacionais, já que essas funcionam como uma espécie de agências formadoras para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.

Segundo Araújo (2016, p. 93), “[...] o ideário de desenvolvimento econômico dissemina o discurso da educação como um importante fator para competitividade econômica.” As políticas educacionais privilegiam, nessa afirmação, um conjunto de ações materializadas em planos, programas e instrumentos normativos, estabelecendo a conexão entre educação, conhecimento e desenvolvimento, instituindo conformidade às demandas econômicas.

O ambiente material se constitui de modo permanente forçando constantes rearticulações do pensamento para sua compreensão, pois a percepção individual dos acontecimentos somente ocorre quando alcança a vida diária. Uma coletividade sempre está despreparada para lidar com o tempo das mudanças, com as conformações do tempo em que as mudanças ocorrem. A capacidade de entendimento das mudanças é uma tarefa longa e complicada. Ainda mais complexo, mais longo e mais difícil é o domínio desses acontecimentos e a sua aplicação prática. As transformações sociais demandam canais institucionais para concentrar energias criadoras, usá-las de modo coordenado e racional, para uma mudança cultural inteligente, controlada e dirigida.

Pensando os parâmetros e as lógicas de controle das instituições, capazes de coordenar e dirigir, ou, simplesmente, direcionar e massificar ideias e valores em prol de determinado interesse, Dourado e Oliveira (1999) chamam a atenção para a forma como a condução institucional pode estar articulada aos valores centrais da organização econômica da sociedade, da expansão e direcionamentos da educação e do conhecimento, que vem se

expressando através da diferenciação, diversificação, competitividade, modernização, desempenho, eficiência e quantidade. Esses valores encontram sustentação na orientação mercadológica da ordem econômica, social e política neoliberal, traduzindo, portanto, a forma como a produção se estabelece na sociedade atual:

Instala-se, na realidade, um novo paradigma produtivo em nível mundial, que implica profundas mudanças na produção, nas formas de aprendizagem, na produção e difusão do conhecimento e na qualificação dos recursos humanos. Há uma compreensão no mundo internacionalizado, de que a competitividade requerida passa pelo conhecimento e pela formação dos recursos humanos; daí o papel central da educação e do conhecimento. Do ponto de vista do capitalismo globalizado, educação e conhecimento são tidos como força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico. Por isso, nessa ótica, o investimento em capital intelectual aparece como estratégico para a obtenção de vantagens competitivas. (DOURADO; OLIVEIRA, 1999, p. 10).

Uma vez que a educação e suas instituições estão inseridas em uma determinada sociedade, passa a existir uma vinculação direta entre os interesses dessa sociedade e as diretrizes das políticas educacionais que se voltam para o desenvolvimento econômico, funcionando, também, como espaço de formação de capital humano para o mercado produtivo.

No que diz respeito ao capital humano, Frigotto (1999) afirma que é necessário agregar fator humano ao estoque de capital e ao estoque de trabalho como fator de produtividade de modo a atingir o crescimento econômico. Nesse sentido, o capital humano significa, portanto, ganho de eficiência e aumento de capacidade de produzir:

[...] o raciocínio da concepção do capital humano, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico como da renda individual, é que a educação, o treinamento são criadores de capacidade de trabalho. Um investimento marginal (pelo menos até certo nível) em educação ou treinamento permite uma produtividade marginal. (FRIGOTTO, 1999, p. 50).

A educação como instituição importante do sistema também é responsável pela formação do capital humano que tem por objetivo a busca da eficiência e da produtividade, bem como do desenvolvimento econômico. (FRIGOTTO, 1999). Quanto maiores e mais profundas forem as mudanças na organização econômica atual, maiores e mais profundas serão as mudanças no âmbito da produção e, conseqüentemente, maiores serão as interferências das políticas das instituições educacionais.

Ao longo das décadas, a educação e as instituições educacionais passaram a ter um papel crucial tanto para a economia, quanto para o aspecto de desenvolvimento social, pois segundo Bendrath e Gomes (2011, p. 93), “[...] a educação [...] passou a ter papel fundamental na construção do novo ideário social.” Ainda para os autores, o Estado se

posiciona politicamente de acordo com as forças dominantes, implementando políticas públicas de origem transnacional, não só na economia, mas também na educação. Nesse sentido, as instituições educacionais, e principalmente as com maiores controles do Estado assumem novas funções ao longo da história brasileira e em determinados contextos econômico-político-sociais.

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO: O EXEMPLO DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (INEP)

Uma iniciativa decorrente do processo de desenvolvimento no país, pensando a área da educação e suas possíveis articulações institucionais para as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, foi a criação, em 1937, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, atualmente, denominado Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Em um primeiro momento, o Inep foi chamado de Instituto Nacional de Pedagogia, mas já no ano seguinte, em 30 de julho de 1938, na vigência do Estado Novo e por iniciativa do então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, iniciou, efetivamente, seus trabalhos com a publicação do Decreto-Lei nº 580, regulamentando a organização e a estrutura da instituição, e modificando sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

De acordo com o Decreto-Lei nº 580, ficava a cargo do Inep organizar a documentação relativa à história e ao estado das doutrinas e técnicas pedagógicas, manter intercâmbio com instituições do país e do estrangeiro, promover inquéritos e pesquisas, oferecer assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, prestando-lhes, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos, divulgar os seus trabalhos e participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União. (INEP, 2021).

Integrado por pesquisadores educacionais, o Inep, desde sua criação, contribuiu para promoção de políticas públicas para a área da educação em todos os seus níveis. Foram políticas públicas direcionadas para rápida aprendizagem e a realização eficiente dos papéis intelectualmente inerentes às diversas especialidades profissionais, que se ocupavam da transmissão de um complexo acervo de conhecimento, boa parte do qual deveria ser compartilhada pelo maior número possível de indivíduos. Nesse sentido, em publicação do Inep (1991), Fernandes afirma que,

[...] o INEP seria uma alavanca nesse processo. Ele iria congrega investigadores, homens de pensamento e de pesquisa, recursos educacionais de vários tipos, para se pôr à disposição da sociedade para construir novos caminhos, novos fins, para repetir uma frase de Fernando

de Azevedo, na área da Educação. Então, o significado do INEP é tão importante quanto foi o do desenvolvimento da Semana da Arte Moderna ou quanto o da fundação da Universidade de São Paulo. É uma inovação que tinha raízes dentro das nossas realidades mais profundas, que ia até às contradições insolúveis, dentro de uma sociedade capitalista, dos problemas brasileiros e que, portanto, poderia desencadear dentro do País um processo de mudança de um alcance imensurável. (INEP, 1991, p. 32-33).

Apesar de ter começado seus trabalhos, de forma efetiva, no ano de 1938, o Instituto foi criado em 1937 e foi constituído pelo trabalho de pesquisa planejado e controlado, distanciando-se do trabalho de pesquisa caracterizado pela ação imediata, espontânea e isolada. O Inep foi criado sob o âmbito do Estado brasileiro, impulsionado pela difusão da racionalidade dos processos industriais de produção ascendentes no país. O Inep foi constituído em um cenário sem referências sistematizadas para o estudo da educação no Brasil, promovendo o inventário documental sobre a educação brasileira, além de orientações sob a forma de treinamentos voltados para as demais instituições educacionais.

A organização e estruturação do Inep foram iniciativas importantes para o desenvolvimento de um estudo sistemático de educação que, atuando como um desdobramento do Ministério da Educação e Saúde, auxiliava na atuação governamental, viabilizando políticas públicas e reformas para o sistema educacional. (SAVIANI, 2012).

A fundação de um instituto nacional de pesquisas educacionais tinha como escopo principal subsidiar a formulação de políticas educativas. Isso se fez presente em todos os momentos e nos vários dispositivos legais que regulamentaram o funcionamento do Inep. E até mesmo na fase atual iniciada com sua “refundação” em 1997, quando o Instituto mudou seu perfil para um órgão de avaliação, o objetivo de subsidiar as políticas educacionais se faz presente explicitamente tanto no texto da lei (veja-se no inciso V do art. 1º o enunciado “subsidiar a formulação de políticas na área de educação”) como no texto citado da presidente Maria Helena Castro, que se refere à missão do Inep de “subsidiar as políticas educacionais dos diferentes níveis de governo”. (SAVIANI, 2012, p. 298).

Corroborando com a ideia de Saviani (2012) sobre a importância do Inep, Silva (2002) afirma que o Inep se tornou um órgão fundamental para a educação, no país, assumindo uma tripla função: a de documentação, a de pesquisa e a de divulgação pedagógica, divisão advinda do modelo de administração pública de matriz norte-americana, caracterizando-se também, por executar políticas públicas. Ainda na análise de Silva (2002), o Inep, principalmente no início de seus trabalhos, tinha importante papel na organização centralizadora da educação estadonovista, assistindo de maneira técnica ao governo federal e aos governos estaduais sem grandes diálogos, nem com a sociedade civil, nem tão pouco com os dilemas locais sobre a aplicação das diretrizes nacionais, mesmo assim, foi órgão importante para o desenvolvimento de um estudo mais sistemático sobre educação.

Depois do período do Estado Novo, deu-se início, no Brasil, a um processo de democratização, afirmando o Estado como órgão planejador central do desenvolvimento social, cultural, mas, principalmente, econômico, pois o crescimento econômico era visto como fundamental para a ascensão do Brasil como país moderno, desenvolvido e rumo à industrialização. Dessa forma, o Inep como instituição do Estado, assumiu papel importante para a formulação de políticas educacionais.

No contexto de organização e sistematizações dos trabalhos do Inep em seus primeiros anos, em especial, no decênio de 1950, o processo de industrialização avançava nas mais diferentes áreas do país, o que demandava novas concepções de vida em sociedade. Para Fernandes (2005), o desenvolvimento do sistema industrial de produção, a partir de um modelo de fabricação seriada, gerou a urgente conformação de políticas de massa, visto o crescente desnivelamento entre as inovações técnicas, o trabalho e formação do trabalhador, na assimilação de técnicas de trabalho, com vista aos novos meios de produção, mas também, na incorporação de certos procedimentos do trabalho à vida cotidiana.

O Inep, bem como outras instituições, foi fundamental no processo de conformação, organização e sistematização de modelos pró desenvolvimento e de incentivo às políticas de massa. A partir do contato com novas técnicas de produção ocorreu o desafio de equilibrar as dimensões do trabalho e a formação do trabalhador, estimulando o engajamento popular, legitimando e naturalizando os instrumentos de adoção política de massa pela ação indutora do Estado.

De acordo com o Inep (1991), os planejadores em educação bem como os de outros setores sociais necessitavam que as instituições contribuíssem com os processos de transformação social, induzidos pelas políticas de desenvolvimento. As instituições educacionais precisavam introduzir novos critérios de formação, para um melhor aproveitamento do trabalho humano. Uma sociedade com mais e novas atividades, graças ao progresso científico e tecnológico, reflete demandas de viver próprias para uma época. Constitui-se a necessidade de sistemas de ensino mais complexos, devido ao patamar dos problemas sociais, gerando ações especializadas para o tratamento de demandas sem solução aparente. Significa constituir respostas para ampliação e readequação do sistema educativo, de saúde, dentre outras dimensões da vida social.

Corroborando com o trabalho do Inep, no intuito de dar conta das diferenças e das diversidades do território brasileiro, bem como da complexidade do sistema educacional do país, no decênio de 1950 foram criados o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE), que também configuraram ponto importante nos direcionamentos educacionais do país. (CUNHA, 1991).

Segundo Cunha (1991), a preocupação do governo em relação à educação, na década de 1950, era a de privilegiar a formação de mão de obra técnica. Entretanto, os educadores vinculados aos Centros Regionais tinham preocupações que não coincidiam com as orientações governamentais.

Assim como o Inep, os Centros de Pesquisas estavam imersos no contexto de uma educação voltada para o desenvolvimento econômico e social. Independentemente de sua vinculação com o Estado, o Inep e os Centros tiveram papéis fundamentais no contexto histórico em que foram implantados, estando atrelados como um fator importante a serviço do desenvolvimento e crescimento do país.

Como afirma Cunha (1991), o desenvolvimento do país se identificava com o processo de industrialização, urbanização e democratização, o que significava o ingresso do Brasil na modernidade. E nesse ideário, a educação e suas instituições estariam a serviço do desenvolvimento econômico-político-social do Brasil.

Os caminhos percorridos para atingir os objetivos não só do Inep e dos Centros de Pesquisa, mas das demais instituições educacionais, sempre estiveram de mãos dadas às necessidades de crescimento de uma sociedade ávida pelo desenvolvimento e pela modernização. A educação e suas instituições possuíam e ainda possuem papéis importantes para a mediação de políticas de desenvolvimento econômico, político, social e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de acomodação política de uma sociedade em transformação e a produção de políticas de desenvolvimento são demandadas por sociedades mais diversificadas e pelo comportamento humano cada vez mais imprevisível. Ocorre, a partir desta explicação, a busca pelo entendimento das novas formas de interação numa sociedade.

As mudanças nas relações em sociedade colaboram para ampliar a instabilidade política e demanda-se por modelos para a organização econômico-política. Instabilidade política destacada pelo desnivelamento entre a expansão do desenvolvimento econômico-material e a capacidade de realização do trabalho para as novas atividades e suas correspondentes técnicas. O enfoque recai na urgência da eliminação das antigas relações sociais por outras relações, a serem conduzidas privilegiadamente pela racionalidade técnica do modelo de produção material em expansão. Busca-se a superação do atraso e a implantação do fazer de outra maneira, para novas atividades, para a composição de novos hábitos, condizentes com as necessidades técnicas emergentes destinadas para o trabalho.

Destacam-se as novas formas de trabalho constituídas ao longo das transformações econômicas e considera-se a presença de novas técnicas para o trabalho, o desdobramento do uso de novas técnicas na constituição de novas funções sociais e a presença de novos objetos para o uso cotidiano. As técnicas, as funções e os objetos de uso são aspectos que passam a constituir e delimitar modos de viver coletivamente e passam a influenciar diretamente no cotidiano de uma sociedade, mediando o fazer das pessoas no seu dia a dia. Às instituições educacionais coube a missão de mediar o encadeamento dos fatos sociais associados ao processo educativo, oferecendo procedimentos e formas de organização.

Ressalta-se o desafio de pensar a educação e suas instituições como parte de um processo, vinculadas aos constantes movimentos e as constantes transformações das relações sociais. As instituições educacionais atuam na acomodação das forças políticas em disputa, sob mudanças sociais que se desenvolvem de modo lento e desigual, atuando contra o imprevisível e a dispersão e a favor da regularidade, coesão, centralização e rendimento das mais diversas funções e interações sociais. Sob específicas condições econômicas, políticas e sociais, as instituições agem na dinâmica do desenvolvimento de uma sociedade e representam um projeto econômico em predominância, disseminando modelos ampliados de intervenção social e de adesão ao projeto econômico predominante.

Após problematizar a articulação entre as instituições educacionais e as políticas de desenvolvimento econômico-social, pensando o contexto brasileiro e seu processo de institucionalização, argumentamos sobre o papel mediador das instituições educacionais para o processo de desenvolvimento econômico-social do país, apontando os direcionamentos do Estado em relação a essas instituições. Para a defesa desse argumento, foi necessário um resgate sobre como os processos educacionais mais abrangentes e suas instituições, vinculavam-se e ainda se vinculam aos interesses do Estado e às demandas da sociedade.

Se hoje as políticas públicas na área da educação são influenciadas por diretrizes e prerrogativas assumidas pelo contexto neoliberal, que assume uma condição mercadológica que responde às agências e aos organismos internacionais que fixam as bases de uma ideologia econômica e social no país, é preciso compreender que a atual configuração reflete um momento que vem sendo desenhado ao longo de décadas. A educação, em um contexto, institucional, vem assumindo as características próprias do sistema capitalista, tornando-se, cada vez mais, um espaço de articulações e manobras do Estado e de direcionamentos institucionais, a fim de determinados interesses.

Dourado (2020) afirma que há um movimento crescente de não responsabilização do poder público em relação às políticas educacionais, principalmente no que se refere a defesa da educação pública, gratuita e democrática. A não responsabilização também traduz os interesses do Estado, pois carrega as marcas de um projeto bem definido para o campo educacional que vem sendo retratado pelos cortes orçamentários, pela desvalorização da educação como espaço formativo e pelas propostas de reformas que imprimem um retrocesso no campo educacional. Entretanto, esse descaso pela educação como instituição indispensável para o contexto social mais abrangente faz parte de um processo que, ao longo da história, tomou formas e assumiu perspectivas diversas.

Se, atualmente, temos os debates dos papéis da educação no contexto neoliberal e mercadológico, a fim de atender aos interesses próprios do sistema do capital, ao longo dos anos, esses papéis sofreram interferências e mudanças. A educação já vem como pauta de luta e palco de disputas por muitas décadas, sendo instituição importante para os anseios e as demandas da sociedade em diferentes tempos e espaços, mas sempre voltada aos interesses do Estado.

Entendendo a educação como espaço indispensável para a manutenção de padrões próprios de cada modelo de sociedade, suas instituições assumem papéis de mediação e legitimação das ideologias dominantes e do controle do Estado mediante políticas públicas para a educação. Através dos apontamentos levantados no texto, compreendemos que o Estado, como símbolo de poder, sempre fez uso de sua autoridade legal para se legitimar como motor da sociedade, através de um sistema ideológico, que se forma pela transformação do pensamento político, econômico, social e cultural em determinado contexto histórico.

Assim, dentro do modelo neoliberal, o Estado se apresenta como elemento diretor de um projeto de transformação a caminho da modernidade pela superação do atraso nacional, utilizando-se das instituições educacionais como um meio eficiente para mudanças necessárias ao crescimento do país como nação, na direção de determinados interesses. No entanto, é importante pontuar que apesar de muitas transições políticas e mudanças sociais advindas de movimentos políticos e econômicos, a sociedade mantém mais traços de conservadorismo do que de mudança. As mudanças são realizadas com grande significado institucional e político.

Após os apontamentos realizados neste trabalho, defendemos que as instituições educacionais fazem parte do sistema econômico-político e, em virtude disso, carregam marcas institucionais que defendem e reproduzem certos padrões de sociedade ao longo dos anos e na direção de determinados interesses. Seria um equívoco afirmar uma suposta neutralidade das instituições no contexto neoliberal, pois os interesses são bem claros e defendem uma ideologia dominante que faz com que as políticas públicas impostas à educação demarquem sua posição mercadológica. Entretanto, a educação apesar de ser um espaço de disputas políticas e institucionais é também um campo de lutas que precisa reivindicar suas funções para além do capital.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. S. Expansão do ensino superior e desenvolvimentismo: limites e contradições sob à hegemonia do capita. **Educação e Fronteiras on-line**, v. 6, n. 16, p. 93-105, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/yrXzGH>. Acesso em: 9 set. 2018.

BARBOSA, M. A Educação e o desenvolvimento sob o imperativo do crescimento: ressignificação a partir da sociedade civil. **Revista Lusófona de Educação**, v. 23, n.23, p. 13-30, 2013. Disponível em: <https://bityli.com/rLtKW>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BENDRATH, E. A.; GOMES, A. A. Educação e economia: a (re) construção histórica a partir do pós-guerra. **Revista Histedbr on-line**, Campinas, n. 44, p. 92-106, dez. 2011. Disponível em: <https://bityli.com/WHILX>. Acesso em: 9 fev. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 30 jul. 1938. Disponível em: <https://bityli.com/HTqUv>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CUNHA, M. V. A educação no período Kubitschek: os centros de pesquisa do Inep. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 172, p. 175-195, maio/ago. 1991.

DANNER, L. F. Habermas e a ideia de continuidade reflexiva do projeto de Estado de bem-estar social. **Análise Social**, n. 212, p. 568-597, 2014. Disponível em: <https://bityli.com/AuTax>. Acesso em: 13 nov. 2019.

DOURADO, L. F. Políticas de formação de professores para educação básica: desafios em tempos digitais. Universidade Federal de Goiás (UFG), 2020. 1 Vídeo em formato de Live (1h:41min.). Publicado pelo canal UFG Oficial. Disponível em: <https://bityli.com/SFWXw>. Acesso em: 10 set. 2021.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. Estado, políticas educacionais e reconfiguração da educação superior no Brasil. In: DOURADO, L. F.; CATANI, A. M. (org.). **Universidade pública: política e identidade institucional**. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

FEIJÓ, V. P. C. A contribuição das instituições: o impacto no desenvolvimento econômico dos estados. **Revista Videre**, v.10, n. 19, p. 88-100, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/vgOkG>. Acesso em: 4 de jan, 2019.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, S. As políticas de expansão para educação superior dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016): inclusão e democratização? **Educação Unisinos**, v. 23, n. 2, p. 257-272, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/uDFFK>. Acesso em: 13 dez. 2019.

FREIRE, S. M.; BECHER, M. N. A ideologia persistente do desenvolvimento: entrevista com Miriam Limoeiro Cardoso. **Revista em Pauta**, v. 11, n. 31, p. 207-214, 2013. Disponível em: <https://bityli.com/kOcTSL>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. São Paulo: Cortez, 1999.

FURNALETO, E. L. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia Política**, v. 16, [número suplementar], p. 55-67, 2008. . Disponível em: <https://bityli.com/acSLn>. Acesso em: 15 abr. 2019

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Memória viva da educação brasileira**: Florestan Fernandes. Brasília: MEC, 1991.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **História**. Disponível em <https://bityli.com/iKbZg>. Acesso em: 25 de mar. 2021.

LIMA, T.; MIOTO, R. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 10, número especial, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://bityli.com/fNZDR>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MILANI, A. M. R.; SALLES, R. Do “desenvolvimentismo” ao “novo desenvolvimentismo” no Brasil: a evolução do conceito”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 51, p. 48-67, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/uqGGB>. Acesso em: 13 maio 2019.

SAVIANI, D. O Inep, o diagnóstico da educação brasileira e a Rbep. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 234 [número especial], p. 291-322, maio/ago. 2012.

SILVA, G. M. D. **Sociologia da sociologia da educação**: caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-1979). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Adjunta em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Contato: licacmoura@hotmail.com

** Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de apoio à pesquisa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: augustoesouza@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

MOURA, A. de C.; SOUZA, A. A. e. O papel mediador das instituições educacionais nas políticas de desenvolvimento econômico-social: uma abordagem a partir dos escritos de Florestan Fernandes. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-20, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8665150. Disponível em: <https://bityli.com/FvdEMX>. Acesso em: 23 maio. 2022.